

ANEXO

Handwritten signature and stamp in the top right corner of the page.

1 - Identificação da entidade

1.1 — Designação da Entidade

Centro Social e Paroquial de Vila da Ponte

1.2 — Sede

Rua Outeiro da Costa, nº 1 Vila da Ponte
5470-543 Montalegre

1.3 — Natureza da Actividade

Outras Atividades de Apoio Social sem Alojamento

2 - Principais políticas contabilísticas

2.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, incluindo os inventários.

2.2 — Outras políticas contabilísticas relevantes.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada balanço é efectuada uma avaliação da existência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

2.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

2.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

3 – Inventários

3.1 — As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;

Os inventários são valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. As saídas de armazém (consumos) são valorizados ao custo médio ponderado.

d)1 - A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período:

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	Período 2015			Período 2016		
	Mercadorias	Mat-primas, sub. e de consumo	Totais	Mercadorias	Mat-primas, sub. e de consumo	Totais
Inventários no começo do período		144,07	144,07		214,01	214,01
Compras		59.614,97	59.614,97		55.972,72	55.972,72
Regularizações			0,00			0,00
Inventários no fim do período		214,01	214,01		225,00	225,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	59.545,03	59.545,03	0,00	55.961,73	55.961,73

4 – Rédito

4.1 a) — Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços.

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tendo em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela entidade. O rédito compreende os montantes facturados líquidos de abatimentos e descontos.

4.1 b) — Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2015			Período 2016		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens	0,00	0,00%		0,00	0,00%	
Prestação de serviços	45.236,00	90,14%	0,00%	48.986,00	99,00%	8,29%
Juros	4.945,41	9,86%	0,00%	495,45	1,00%	-89,98%
Totais	50.181,41	100,00%	1,41%	49.481,45	100,00%	-1,39%

5 - Subsídios do Governo e apoios do Governo

5.1 — Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios atribuídos pelo estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em activo não corrente encontram-se apresentados no balanço como componente de capital próprio, sendo imputados aos rendimentos do exercício na proporção das depreciações/amortizações efectuadas, em cada período. No período de 2016 foram considerados como rendimento o valor de 284,40€, atribuídos pelas seguintes entidade:

Luís Leite

Programas de apoios	Valor (€)
Pares	
Mases	
Proder	
Piddac	284,40
Saude XXI	
POPH	
Total	284,40

Os subsídios que se destinam à exploração encontram-se apresentados na demonstração de resultados como rendimento do exercício que em 2016 ascendem a 128.854.80€, atribuídos pelas seguintes entidades:

Entidades	Valor (€)
ISS, IP - C Distrital Vila Real	128.824,56
> Infância e juventude	0,00
- Creche	
- Pré-escolar	
- ATL	
- Lar de crianças e jovens	
> Terceira idade	128.824,56
- Centro dia	
- Lar de idosos	
- Apoio domiciliário	128.824,56
- Apoio domiciliário integrado	
- Unidade de cuidados continuados (média duração)	
- Unidade de cuidados continuados (longa duração)	
IEFP	30,24
ARS	
POPH	
Total	128.854,80

A Entidade

O Contabilista Certificado

Luís Leite
Luís Leite

CC n.º 39242